

A APLICAÇÃO DE CENTROS DE INTERESSE NAS ATIVIDADES PARA ALUNOS DE INCLUSÃO

THE APPLICATION OF CENTERS OF INTEREST IN ACTIVITIES FOR INCLUSION STUDENTS



LETICIA DE OLIVEIRA MATIAS

Graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Anhembi Morumbi (2021) e Licenciatura em Matemática pela Faculdades Metropolitanas Unidas (2019); especialista em Neurociência Aplicada a Educação pela Faculdades Metropolitanas Unidas (2020) e Psicopedagogia Educacional pela Universidade Anhembi Morumbi (2023); Professora de Ensino Fundamental I na EMEF Paulo Nogueira Filho.

RESUMO

Este artigo explora a utilização da metodologia dos Centros de Interesse nas atividades direcionadas a alunos com necessidades educacionais especiais. Fundamentada nas teorias de Ovide Decroly, essa abordagem educacional leva em conta os interesses e as demandas dos estudantes como base para o processo de ensino, promovendo uma aprendizagem que seja relevante e adaptada às suas características individuais. A pesquisa enfatiza a relevância de estratégias que incentivem a participação ativa dos alunos, facilitando sua independência e integração no contexto escolar. Adicionalmente, discute-se a função do educador como facilitador, que adequa os conteúdos e os materiais didáticos para atender às diversas maneiras de aprender. A investigação destaca os benefícios dessa abordagem para a inclusão educacional, contribuindo para uma educação mais justa e acessível.

Palavras-chave: Centro de Interesse; Atividades; Inclusão.

ABSTRACT

This article explores the use of the Centers of Interest methodology in activities aimed at students with special educational needs. Based on the theories of Ovide Decroly, this educational approach takes into account students' interests and demands as the basis for the teaching process, promoting learning that is relevant and adapted to their individual characteristics. The research emphasizes the relevance of strategies that encourage students' active participation, facilitating their independence and integration into the school context. In addition, it discusses the role of the educator as a facilitator, who adapts the content and teaching materials to suit the different ways of learning. The research highlights the benefits of this approach for educational inclusion, contributing to a fairer and more accessible education.

Keywords: Interest Center; Activities; Inclusion.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva vem se firmando como um conceito essencial para assegurar que todos os estudantes, sem distinção de suas condições físicas, cognitivas ou sociais, tenham acesso a um ensino de qualidade e justo. Esse tipo de educação visa remover obstáculos e criar um ambiente de aprendizado que valorize as diferenças, encorajando a participação ativa de todos os alunos no processo de ensino. Entretanto, a adoção de práticas inclusivas efetivas ainda é um desafio significativo para educadores e instituições, requerendo abordagens inovadoras que considerem as necessidades específicas de cada estudante.

Nesse cenário, a metodologia dos Centros de Interesse, criada por Ovide Decroly, surge como uma opção interessante. Essa abordagem baseia-se na ideia de que a aprendizagem precisa estar relacionada às motivações e vivências dos alunos, tornando-se mais relevante e envolvente. Ao concentrar-se em tópicos que instigam a curiosidade e o interesse dos estudantes, os Centros de Interesse promovem um aprendizado mais interativo, ativo e ajustado às particularidades de cada pessoa.

A implementação dessa metodologia na educação inclusiva favorece o desenvolvimento de estratégias que levam em conta o tempo e os estilos de aprendizado de cada estudante, estimulando a autonomia e a colaboração entre os colegas. Isso também possibilita ao educador desempenhar o papel de facilitador, estruturando atividades variadas e adaptáveis que encorajam a participação de todos. Assim, os alunos em contextos de inclusão tendem a se sentir mais motivados e reconhecidos no espaço escolar, o que pode ajudar a minimizar as dificuldades de aprendizado e a aumentar sua autoestima.

Nesse contexto, este estudo busca explorar a aplicação da metodologia dos Centros de Interesse nas atividades voltadas para alunos da educação inclusiva, ressaltando suas vantagens, dificuldades e oportunidades. Para tanto, serão discutidos os fundamentos teóricos que sustentam essa abordagem pedagógica, além de apresentar práticas e experiências que evidenciam sua eficácia no ambiente educacional.

JOGOS DIDÁTICOS INCLUSIVOS NOS CENTROS DE INTERESSE

De acordo com Glat (2009) a educação inclusiva traz um novo modelo de escola onde se torna possível o acesso e permanência de todos os alunos que traz meios de identificação e remoção de barreiras para a aprendizagem. É muito importante que a escola esteja disposta a mudar seu currículo para que assim seja possível proporcionar um ensino singularizado que promova o desenvolvimento desse aluno assim como sua total inclusão no espaço educacional e social. Essa proposta tem como objetivo obter possibilidades de ingresso e permanência do aluno na escola buscando seu sucesso acadêmico, porém esse resultado só será possível se as suas especificidades de aprendizagem e desenvolvimento tiverem uma grande atenção.

Para a efetivação da proposta de inclusão no âmbito escolar, visando favorecer o aprendizado de alunos com necessidades especiais, foi desenvolvido o conceito de adaptações curriculares. Essas compreendem transformações que a escola precisa fazer para garantir acessibilidade aos/as alunos/as enquanto as adaptações pedagógicas ou curriculares propriamente ditas (CORREIA, 2003).

Essas adaptações são as modificações que devem ser feitas no currículo escolar para atender as necessidades de cada aluno/a, a fim de efetivar o máximo possível a aprendizagem, dentro das condições que lhe são necessárias. Visando as características individuais destes, os tipos de recurso mais eficientes para lhes atender às necessidades, quando o recurso deve ser disponibilizado, quais profissionais participarão, assim como quais as funções que caberão a cada um. (NOVAES, 2011). Existem as adaptações significativas ou de grande porte e as não significativas ou de pequeno porte. A primeira cabe às adaptações realizadas pelos/as gestores da escola, assim como no projeto político pedagógico. A segunda são as adaptações feitas pelo professor/a regente em seus objetivos, metodologia e avaliações. Um tipo de adaptação não exclui o outro, tendo em vista que o processo de ensino-aprendizagem é do interesse de todos na educação.

O Centro de interesse pode ser o suporte para a escola que realiza a inclusão, como já citado na trajetória legal da Educação Especial, dentro do contexto da Educação Inclusiva através da AEE. A AEE deve ser obrigatoriamente ofertado pelas escolas para auxiliar a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais específicas. Segundo a Resolução nº 4 que institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (BRASIL, 2009), o AEE tem como função:

Complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para a sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (Seção 1, p. 17).

O AEE se destina então a garantir a permanência do/a aluno/a na escola regular, compreendendo o acesso ao currículo, acessibilidade física como adaptações arquitetônicas, adequação de mobiliário e de equipamentos, acesso ao sistema de comunicação. Tendo como objetivo também favorecer a organizações de materiais didáticos e pedagógicos, diferentes estratégias, instrumentos de avaliação adequados a necessidade dos/as alunos/as, visando que a permanência desse/a aluno/a na escola ofereça desenvolvimento acadêmico e pessoal. (BRAUN & VIANNA, 2011).

Conforme a Resolução n.4/2009, no Art.5 aponta que o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, orienta para a organização deste atendimento, prioritariamente, em sala de recursos multifuncionais da própria escola, no turno inverso ao da escolarização, podendo, ainda, ser realizado em outra escola ou em centro educacional especializado da rede pública ou comunitária, confessionnal ou filantrópica sem fins lucrativos.

Na Sala de Recursos Multifuncional devem ser desenvolvidas atividades com estratégias que buscam favorecer a construção de conhecimentos do/a aluno/a com necessidades educacionais especiais e em seu cotidiano escolar. Devendo ser equipado com materiais didáticos pedagógicos e professor especializado em Educação Especial. Para que esse trabalho efetive o AEE, se faz necessário incorporar a cultura escolar, fazer parte do projeto político pedagógico e ter mão de obra especializada.

O Plano de Ensino Individualizado (PEI) está dentro do contexto do AEE na Resolução n.4/2009 Artigo 9º que prevê:

A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em que articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento (BRASIL, 2009, p. 2).

O PEI é uma estratégia para favorecer o AEE, devendo ser planejado com metas para serem atingidas a curto e longo prazos. Para contar com a participação dos professores regentes da turma regular, o professor da sala de recursos multifuncional deve participar das reuniões de planejamento, conselhos de classe de todos os alunos que acompanha.

As adaptações curriculares, o AEE, as salas de recursos multifuncionais e o PEI visam estratégias, lugares e planejamentos garantidos por lei para promover a inclusão. Além deles temos o mediador escolar, que irá mediar as relações sociais, de linguagem e pedagógicas no cotidiano escolar do aluno incluído, com o mesmo objetivo da inclusão.

A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau baixo de comprometimento. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com

crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas dificulta o acesso à informação na área. (SANTOS, 2008, p. 9).

A chegada da criança com deficiência na escola regular gera grande preocupação tanto por parte da família quanto da escola. Nesse momento a família e os profissionais da educação se questionam sobre a inclusão dessas crianças, pois a escola necessita de adequações. Para as autoras, Brande e Zanflice (2012, p. 44), receber alunos com deficiência, mais especificamente com transtornos invasivos do desenvolvimento, é um desafio que as escolas enfrentam diariamente, pois pressupõe utilizar de adequações ambientais, curriculares e metodológicas.

Entretanto, isso não é tarefa fácil, pois segundo Scardua (2008, p. 2), para que haja inclusão escolar, é necessário comprometimento por parte de todos os envolvidos, ou seja, alunos, professores, pais, comunidade, diretor, enfim, todos que participem da vida escolar direta ou indiretamente.

De acordo com Suplino (2009, p. 2), “para que o acesso esteja garantido, torna-se necessário assegurar a permanência com qualidade”. Dessa forma, é essencial focar nos potenciais de cada aluno, é necessário que o educador transmita confiança e segurança para este, para que ele aprenda de forma significativa.

Além disso, “para que haja esse ensino de qualidade é necessário currículo apropriado de modo que promova modificações organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, dentre outros” (MENDES, 2002 apud BRANDE; ZANFELICE, 2012, p. 44)

Santos (2008) afirma que a escola tem papel importante na investigação diagnóstica, uma vez que é o primeiro lugar de interação social da criança separada de seus familiares. É onde a criança vai ter maior dificuldade em se adaptar às regras sociais - o que é muito difícil para um autista.

O aluno com dificuldade de aprendizagem encontra uma série de dificuldades ao ingressar na escola. Essas dificuldades passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como um todo. Uma maneira de melhorar a adaptação e, conseqüentemente, obter a diminuição dessa contingência trazida pela criança e promover sua aprendizagem é adaptar o currículo.

As adequações curriculares servem para flexibilizar e viabilizar o acesso às diretrizes estabelecidas pelo currículo regular e não possuem a intenção de desenvolver uma nova proposta curricular, mas estabelecer um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Isso é facilmente realizado quando há disponibilidade do profissional da sala de recurso na escola, que contribui para que sejam planejados as ações pedagógicas e o conteúdo que o aluno deve aprender (Valle; Maia, 2010).

A flexibilização do currículo é uma forma de estabelecer o vínculo e a cumplicidade entre pais e educadores, para que, no espaço escolar, ocorra a coesão de vontades, entre educadores e família, das competências estabelecidas para a educação do aluno com autismo.

Para uma criança com dificuldade de aprendizagem toda essa rotina é facilmente desenvolvida e acompanhada, com pequenas adaptações pedagógicas. Já as crianças com autismo

clássico, as adaptações são maiores, uma vez que esse aluno possui maiores dificuldades de comportamento que comprometem a socialização e a comunicação com os demais colegas e o professor.

De acordo com Valle e Maia (2010, p. 23), a adaptação curricular se define como “o conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologia para atender as diferenças individuais dos alunos”

Atividades que auxiliam o processo de ensino-aprendizagem que agucem a sua consciência sensorial motor, fino e grosso, como atividades que utilizem pinças, jogos com botões, garrafas pets, estimulando o toque em materiais fofos, como almofadas, entre outros.

É provável que o aluno, no início de seu convívio com o professor, demonstre agressividade, desinteresse, porém, cabe ao educador criar estratégias que diminuam essas problemáticas e conduzir os conteúdos pertinentes ao seu desenvolvimento. Trabalhar com crianças com autismo é um desafio diário. O professor terá que perceber as dificuldades, as limitações e as potencialidades, gostos e estímulos que mais o auxiliarão a atingir os objetivos com esses alunos. As atividades lúdicas são importante para o desenvolvimento social, cognitivo, a capacidade psicomotora e afetiva da criança autista, proporcionando o prazer de aprender e se desenvolver, respeitando suas limitações, assim, “tenho a tendência em definir a atividade lúdica como aquela que propicia a “plenitude da experiência”. (LUCKESI, 2005, p. 27).

O professor deve desenvolver metodologias de aprendizagem com jogos para que o aluno com deficiência consiga se comunicar e se desenvolver. O conteúdo do programa de uma criança com algum transtorno deve estar de acordo com seu desenvolvimento e potencial, de acordo com a sua idade e de acordo com o seu interesse; o ensino é o principal objetivo a ser alcançado, e sua continuidade é muito importante, para que elas se tornem independentes.

A incapacidade de desenvolver um relacionamento interpessoal se mostra na falta de resposta ao contato humano e no interesse pelas pessoas, associada a uma falha no desenvolvimento do comportamento normal, de ligação ou contato. Na infância, estas deficiências se manifestam por uma inadequação no modo de se aproximar, falta de contato visual e de resposta facial, indiferença ou aversão a afeto e contato físico (GAUDERER, 2011, p. 14).

Segundo Bosa (2006, p. 48) o método Picture Exchange Communication System (PECS) é um exemplo de como uma criança pode exercer um papel ativo utilizando velcro ou adesivos para indicar o início, alterações ou final das atividades. Esse método facilita a comunicação e a compreensão quando atividades e símbolos são associados. Isso porque o método PECS trabalha através de cartões e figuras em que a criança consegue se expressar, pois associa a imagem com o que ela deseja.

Partindo do pressuposto que muitos métodos são propostos para que ocorra uma aprendizagem significativa das crianças é importante ressaltar que os envolvidos na educação desses alunos devam conhecer as reais necessidades dessa criança, dessa forma saberão quais métodos

adequados devem utilizar para que de fato haja uma construção do conhecimento e uma verdadeira inclusão.

Os jogos pedagógicos têm se consolidado como uma metodologia eficaz para o ensino e a promoção da inclusão na educação infantil. A utilização de jogos como ferramenta pedagógica não apenas enriquece o processo de aprendizagem, mas também contribui para a integração de crianças com diferentes habilidades e necessidades. Conforme destaca Gauderer (2011), os jogos pedagógicos proporcionam um ambiente de aprendizagem lúdico e interativo, onde as crianças podem desenvolver habilidades cognitivas e sociais de maneira natural e inclusiva. Ao adaptar os jogos para atender às diversas necessidades das crianças, os educadores conseguem criar oportunidades iguais para todos, promovendo a participação ativa e o engajamento dos alunos.

A metodologia de adaptação dos jogos é fundamental para garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, possam participar e se beneficiar. Luckesi (2005) argumenta que a adaptação de jogos deve considerar as especificidades de cada criança, ajustando regras, materiais e métodos de acordo com suas necessidades. Por exemplo, para crianças com deficiência visual, jogos podem ser adaptados com materiais táteis e instruções verbais detalhadas. Já para crianças com deficiência auditiva, a inclusão de sinais visuais e a utilização de tecnologia assistiva podem facilitar a participação. Essas adaptações são cruciais para garantir que todos os alunos possam interagir e aprender de maneira equitativa.

Além das adaptações práticas, a metodologia dos jogos pedagógicos deve promover um ambiente inclusivo e acolhedor. Gauderer (2011) destaca que a inclusão vai além da adaptação física dos jogos; envolve também a criação de uma cultura de respeito e aceitação. Jogos que incentivam a cooperação e o trabalho em equipe ajudam a fortalecer os vínculos entre as crianças e reduzem o estigma associado às deficiências. A utilização de jogos que enfatizam a colaboração e o apoio mútuo contribui para um ambiente onde todos se sentem valorizados e integrados.

Luckesi (2005) reforça a importância da formação contínua dos educadores na aplicação de metodologias inclusivas. O sucesso da implementação de jogos pedagógicos inclusivos depende significativamente da capacidade dos professores em adaptar suas práticas e compreender as necessidades individuais de seus alunos. A formação e a prática contínua permitem que os educadores desenvolvam estratégias eficazes e sensíveis às diversidades presentes na sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização da metodologia dos Centros de Interesse na educação inclusiva revela-se como uma técnica muito eficaz para facilitar o aprendizado, tornando-o mais acessível, relevante e atraente para todos os estudantes. Ao levar em conta os interesses e as necessidades específicas de cada aluno, essa abordagem possibilita o planejamento de atividades que incentivam a participação ativa, a independência e a interação social, elementos fundamentais para o desenvolvimento completo dos alunos em processo de inclusão.

Dentro desse cenário, a utilização de jogos educativos em ambientes inclusivos se destaca como uma ferramenta pedagógica adicional e extremamente efetiva. Esses jogos permitem que o aprendizado aconteça de maneira divertida e interativa, levando em consideração os variados ritmos de aprendizado e criando um espaço de ensino mais vibrante e estimulante. Ademais, os jogos promovem a colaboração, encorajando a valorização das diversidades, a cooperação entre os alunos e o aprimoramento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais.

Ao incorporar jogos educativos à metodologia dos Centros de Interesse, os educadores têm a oportunidade de variar suas estratégias de ensino, tornando a aprendizagem mais cativante e ajustada às necessidades individuais dos alunos. Essa fusão não apenas fortalece a assimilação dos conteúdos curriculares, mas também favorece a inclusão genuína, permitindo que todos os estudantes se sintam engajados no processo de aprendizagem.

Portanto, pode-se afirmar que a combinação de jogos educativos com a abordagem dos Centros de Interesse constitui uma estratégia eficaz para promover uma educação que seja genuinamente inclusiva. Para que essa abordagem seja amplamente aplicada, é crucial que os docentes tenham acesso a uma formação apropriada e que as instituições de ensino estimulem a utilização de métodos inovadores, assegurando um ambiente de aprendizado mais justo e incentivador para todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei Federal nº 9.394 de 20/12/1996 – **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015.

DE LA TAILLE, Yves et al. **Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão**. São Paulo: Summus Editorial, 1992.

FERRARI, Márcio. **Nova Escola: Lev Vygotsky, o teórico do ensino como processo social**.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O Que é? Por Quê? Como Fazer?**. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

VYGOTSKY, Lev (1989) **A Formação Social da mente**. Editora: Martins Fontes.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos superiores**. 4. edc. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.